



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Quinze de Novembro, 251 - 5º Andar - Centro
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 694.972 de 25/03/2021

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **10 (dez) páginas**, foi apresentado em 15/03/2021, o qual foi protocolado sob nº 402.430, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **694.972** e averbado no registro nº 23440/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS

Natureza:

ATA

São Paulo, 25 de março de 2021

Carlos Augusto Peppe
Escrevente

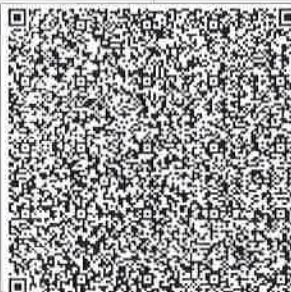
Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 79,83	R\$ 22,70	R\$ 15,51	R\$ 4,22	R\$ 5,50
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 3,83	R\$ 1,67	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 133,26



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsps.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qrcode.

00191530645622374



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1134804PJAA000016890FC21E

23440/A

ILMO. SR. OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA CAPITAL – SP

Eu, Fábio Luiz Pereira Magalhães, de nacionalidade Brasileira, casado, museólogo, portador do RG 2.808.877-3, inscrito no CPF. MF 019.901.528-72, residente a Rua Manuel Maria Tourinho 860, CEP:01236-000, São Paulo/ SP, representante legal da PESSOA JURÍDICA denominada FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA- CENTRO PAULISTA DE RÁDIOS E TV EDUCATIVAS - 61.914.891/001-86, com sede à Rua Valdimir Herzog nº 75, Água Branca, 05036-900, São Paulo –SP, vem requerer, nos termos do art.121 da LEI 6.015/73 e da Lei 10.406/02, o registro / averbação do instrumento em anexo, juntando 02 vias de igual teor e forma.

Nestes termos, pede deferimento

São Paulo, 04 de março de 2021.



Assinatura do representante legal

PRENOTADO
4º RCPJ/SP



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA NOVE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, às nove horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, por Videoconferência, plataforma Zoom. O áudio da reunião foi devidamente gravado. Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. Participaram, os seguintes conselheiros: **ANA INOUE, ANTÔNIO MATIAS, BEATRIZ BRACHER, CÉLIA LEÃO, CLÁUDIA CAMPELO TAVARES, FÁBIO MAGALHÃES, GABRIEL JORGE FERREIRA, GAUDÊNCIO TORQUATO, GUILHERME AMORIM, ISMAEL IVO, JOÃO RODARTE, JAIRO SADDI, JORGE DA CUNHA LIMA, JORGE DAMIÃO, JOSÉ RENATO NALINI, LUIGI NESSE, MARCELO KNOBEL, MARIA FILOMENA GREGORI, MARCO ANTONIO ZAGO, MARCOS MENDONÇA, RENATA MACHADO, RICARDO OHTAKE, ROBERTO GIANNETTI, SÉRGIO KOBAYASHI.**

EXPEDIENTE

Abertura – palavra do Presidente

Depois de saudar a presença de todos, o Presidente do Conselho, Fábio Magalhães, agradeceu aos conselheiros pela sua participação e colaboração, intensas e valiosas, ao longo de um ano marcado por mudanças e dificuldades decorrentes da pandemia do Covid-19. O presidente lembrou o importante trabalho do seu antecessor, Antonio de Pádua Prado Jr, o Paeco, e do então secretário, José Gregori, que coordenaram diligentemente os trabalhos do Conselho durante os primeiros meses da pandemia.

Fábio Magalhães saudou também o empenho da diretoria executiva, dos gestores e funcionários e colaboradores da Fundação na superação das limitações e dificuldades deste período, congratulando-os por terem conseguido manter as emissoras da FPA, especialmente a TV Cultura, numa trajetória de avanço, renovação e aperfeiçoamento em frentes vitais, como a administrativa e financeira, a tecnológica, e a de programação e conteúdo.

Os avanços feitos, assinalou o presidente, estiveram sintonizados com a missão da Fundação e com as recomendações do Conselho – conforme demonstraram as campanhas e a cobertura jornalística a respeito de temas destacados neste plenário, como a valorização e proteção de povos e culturas indígenas e de biomas como a Amazônia e o Pantanal, o problema da violência policial e a abordagem responsável e esclarecedora, baseada na ciência e na defesa da saúde pública, sobre a pandemia.

Fábio ressaltou a qualidade crescente da programação jornalística da TV Cultura, com destaque para a cobertura das eleições, feita com independência, com a crítica imparcial característica do melhor jornalismo, com importante protagonismo na promoção do último e mais amplo debate antes do primeiro turno e de edição especial do Roda Viva com os dois candidatos que disputaram o segundo turno.

Aprovação da ata da reunião de novembro

Consultado pelo presidente, o plenário aprovou, por unanimidade, a ata da última reunião do Conselho, realizada no dia 11 de novembro.

Metas para 2021

PRENOTADO
4º RCP/ISE

O presidente do Conselho anunciou que deverá apresentar como pauta para o plenário, já na primeira reunião ordinária do Conselho no próximo ano, em fevereiro, a discussão e definição de metas para 2021.

Adiantou o presidente que, entre essas metas, pretende incluir estas duas:

- Definir uma nova e melhor forma para a Fundação lidar com um de seus mais valiosos patrimônios, o Solar Fábio Prado – tendo em vista que o término em 2021 do atual arranjo contratual, pelo qual o governo estadual aluga o imóvel que sedia o Museu da Casa Brasileira e entrega a gestão da entidade a uma organização social (OS), a FPA deverá retomar a administração com base em um desenho de gestão que garanta a continuidade do museu e permita a utilização da casa para atividades e eventos que deem mais visibilidade à Fundação e suas emissoras, e permitam a criação de novas fontes de recursos (Jorge da Cunha Lima lembrou que, quando era o presidente executivo da FPA, lançamentos importantes da programação da TV Cultura eram realizados no solar, em eventos com a presença de formadores de opinião, da imprensa e do mercado publicitário);
- Aproximar a Fundação e suas emissoras, especialmente a TV Cultura, das universidades paulistas (USP, Unicamp e Unesp) e da Fapesp, de modo a fomentar projetos e parcerias que ampliem, fortaleçam e aprimorem a presença do conhecimento, da ciência e da tecnologia na programação e nos conteúdos online da FPA – iniciativa necessária neste momento em que tanto as próprias instituições de ensino e pesquisa quanto a sociedade brasileira demandam mais presença, visibilidade e eficácia comunicacional para o conhecimento e a divulgação científica.

O conselheiro Marco Antonio Zago, reitor da USP, saudou a proposta de maior aproximação e novas parcerias entre a TV Cultura e as universidades e a Fapesp e disse ter certeza de que os dirigentes das demais instituições citadas também irão apoiá-la. A secretária do Conselho, Bibia Gregori, lembrou que um movimento nesse sentido fora realizado logo antes do início da pandemia, com um proveitoso encontro entre representantes das universidades e da Fapesp com os demais conselheiros e a direção executiva da Fundação.

Marcos Mendonça lembrou que, além das instituições citadas, essa maior aproximação com a academia deve incluir a Universidade Mackenzie e a SBPC, entidades também representadas neste Conselho.

Temas propostos para a Fundação e suas emissoras

O vice-presidente do Conselho, Jorge da Cunha Lima, defendeu que a desigualdade – sobretudo as grandes e persistentes desigualdades da sociedade brasileira – deve ser tema central para a Fundação e suas emissoras. A atual pandemia do Covid-19 está agravando a “grande pandemia brasileira”, que é a desigualdade, ao tornar os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, “uma vergonha” que, segundo o vice-presidente, deve se tornar item permanente da pauta da FPA.

Outros conselheiros também propuseram temas que, em sua visão, merecem especial atenção e abordagem qualificada na programação das emissoras da Fundação. Jairo Saddi assinalou temas econômicos, relacionados ao desenvolvimento e à governança do país. Antonio Matias ressaltou a temática internacional, com foco na inserção do Brasil no contexto global.

Aprovação da composição do Comitê de Auditoria

O presidente do Conselho consultou o plenário acerca da composição do Comitê de Auditoria – integrado pelo próprio Fábio Magalhães, pela secretária do Conselho, Bibia Gregori, pelos conselheiros Gabriel Jorge Ferreira, Roberto Giannetti e Cláudia Tavares, pelo auditor interno da Fundação, Márcio Montagner, e pelo membro externo (conforme a norma estatutária) Augusto Rodrigues –, que foi aprovada sem ressalvas.

Aprovação de novo acordo contratual relativo ao MIS Experience

O Diretor Presidente, José Roberto Maluf, apresentou os termos do acordo: aumento da área cedida ao museu, que será de cerca 4 mil metros quadrados; remuneração mensal fixa à FPA pela cessão do terreno (em substituição ao percentual da receita da bilheteria, forma de remuneração estabelecida no primeiro contrato); financiamento, pelo governo estadual, da construção de novas instalações das quais a Fundação necessitará para substituir as que se encontram na área adicional que será cedida ao museu.

Informado sobre o novo arranjo contratual pelo presidente executivo da FPA e pelo conselheiro Marcos Mendonça, diretor do MIS, o plenário aprovou o acordo, sem ressalvas.

Apresentação do novo Diretor Comercial

O diretor presidente apresentou Ricardo Ribeiro ao Conselho, assinalando sua experiência e a qualificação para assumir a diretoria comercial da Fundação.

Ricardo falou das suas metas de trabalho – destacando a atração de novos anunciantes para as emissoras da FPA – e teve a sua indicação aprovada pelo Conselho.

Novidades da gestão e da programação

O presidente fez um balanço de 2020 e anunciou novidades, destacando:

- Apesar das dificuldades econômicas e relacionadas à pandemia, a Fundação e suas emissoras conquistaram relevantes avanços, como um significativo aumento dos recursos obtidos por meio da Lei Rouanet utilizados na realização de projetos, novos programas e conteúdos;
- A TV Cultura esteve no 4º lugar do ranking de audiência durante pelo menos a metade dos dias da semana, com elevação significativa da audiência de importantes programas jornalísticos, como o Jornal da Cultura;
- O novo transmissor da TV Cultura foi adquirido e instalação, permitindo cobertura de toda a Grande São Paulo pelo sinal aberto e a importante inclusão de novos públicos à audiência da emissora;
- No interior do estado de São Paulo, 178 pequenos municípios passaram a receber o sinal aberto da TV Cultura e, até meados de 2021, mais alguns milhões de paulistas deverão integrar o contingente populacional incluído nessa cobertura;
- Além de conquistar mais audiência, a programação jornalística foi expandida – por exemplo, com o novo Jornal da Tarde – e aprimorada, inclusive com a inclusão de boletins e comentários diários sobre o Covid-19, a evolução da pandemia e das medidas associadas a ela em todo o país, sempre com o devido rigor científico e informativo;
- A TV Cultura voltou a transmitir esportes, com destaque para vôlei e basquete, e em 2021 deverá transmitir as corridas da Fórmula E, modalidade automobilística para carros elétricos;
- Na cobertura das eleições, conforme já assinalado nesta reunião, foi outro destaque da TV Cultura em 2020, também no jornalismo diário e sobretudo pela realização do grande debate final do primeiro turno e do Roda Vive especial no segundo turno;
- Em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, a TV Cultura conseguiu transformar um dos seus canais da multiprogramação no Canal Educação: um instrumento muito valioso para a formação de crianças e adolescentes a qualquer tempo, e que adquiriu especial relevância durante a pandemia, ajudando milhões de jovens e famílias, sobretudo os que não dispõem de fácil acesso à internet, a manter a continuidade de atividades e processos educacionais;
- Para 2021 estão em desenvolvimento projetos importantes, inclusive a estreia e entrada na grade do programa Manhattan Connection, que deverá ser transmitido às quartas-feiras com retransmissão aos domingos; a produção e lançamento de uma nova temporada do Castelo Rá-Tim-Bum; e a produção de uma minissérie épica, de alta qualidade, sobre a independência do Brasil a ser lançada em 2022, ano do bicentenário.

Previsão orçamentária para 2021




PRENOTADO
4º RCPJ/SF

O diretor administrativo-financeiro da Fundação, Paulo Ramos, apresentou as linhas gerais do orçamento para o próximo ano, destacando que, diante da previsão de redução dos recursos advindos do governo paulista, e de uma estimativa de aumento geral de despesas, será muito importante a busca de novas fontes de receita e a reforço das frentes e alternativas já existentes para o equilíbrio financeiro da FPA. Entre as alternativas que deverão ser exploradas, Ramos assinalou patrocínios diretos para a programação e negociações com o governo estadual para viabilizar recursos adicionais dirigidos ao custeio de operações e atividades específicas importantes.

O diretor presidente ficou de enviar aos conselheiros o documento orçamentário, juntamente com o plano para a área digital da Fundação – que vêm crescendo e ampliando rapidamente sua audiência.

Relato do Comitê Estratégico e de Curadoria

Cláudia Tavares relatou a última reunião do Comitê, destacando:

- A importância da defesa das liberdades de imprensa e expressão, e dos valores da pluralidade e diversidade, entre outros fundamentos da democracia, neste momento da vida nacional, tanto para jornalistas, comentaristas, funcionários e colaboradores, quando para toda a sociedade;
- Na linha da defesa das liberdades, da cultura e convivência democráticas, o Comitê apoiou a iniciativa da direção executiva, que expressou desagravo em relação à lista de “detratores” do governo federal, com menção especial aos jornalistas da Fundação incluídos na referida lista – apoio que, em seguida, foi oficializado por meio de uma nota de repúdio assinada pelo presidente do Conselho, em nome de todo o colegiado;
- Debate acerca do programa Brasil Biomas e da necessidade de as emissoras da Fundação se pautarem por correção das informações em geral e consistência dos saberes científicos em particular, em toda a sua programação.

Relato do Comitê Jurídico

José Renato Nalini relatou a reunião do Comitê, assinalando os seguintes temas.

Precatórios, regime trabalhista e a natureza jurídica da Fundação:

- Em decorrência da decisão do STF no sentido de reconhecer a FPA como fundação pública de direito privado, juízes do trabalho já começam a considerar inválido o recurso a precatórios para o pagamento de novos débitos trabalhistas;
- A defesa da FPA nesses casos se encontra numa situação complexa, uma vez que a Fundação está tentando reverter decisão da própria Justiça do Trabalho que determinou a necessidade de realização de concurso público para seleção e contratação de funcionários das “áreas-meio” – e a argumentação jurídica é justamente a de que, sendo regida pelo direito privado, a FPA deve ser dispensada dessa obrigação;
- Diante desses cenários, o Comitê recomenda a realização de um esforço para definição de estratégia e posicionamento jurídico que permita à Fundação atuar e se defender de modo consistente, evitando riscos de difícil previsão e mitigação, que, em conjunto, podem resultar no “pior dos dois mundos” (situações nas quais a FPA tenha de arcar com ônus tanto da esfera pública quanto da privada, sem os respectivos bônus).

Cobrança de suposto “superávit financeiro” por parte do governo estadual:

- Em face da cobrança de valor correspondente ao saldo de caixa da FPA no final do exercício de 2019, a título de “superávit financeiro”, o Comitê concordou com a direção executiva no sentido de considerar a cobrança indevida, uma vez que não houve o referido superávit e o montante em questão, além de comprometido com passivos que teriam de ser (e foram) pagos, tinha como origem outras fontes de recursos não relacionadas ao tesouro estadual (incluindo recursos vinculados ao governo federal e à Lei Rouanet);
- Tendo em vista os riscos jurídicos de um pagamento de cobrança indevida – dado o dever fiduciário dos gestores e dirigentes da Fundação –, o Comitê reconheceu a possível necessidade

de questionamento judicial da referida cobrança, mas recomendou à direção executiva que busque o entendimento com o governo por todas as vias administrativas e políticas disponíveis antes de optar com uma alternativa litigiosa.

Relato do Comitê de Auditoria

Gabriel Jorge Ferreira relatou os temas abordados na reunião do Comitê, ressaltando:

Monitoramento dos controles internos:

- Função essencial do sistema e do comitê de auditoria, o monitoramento de normas, protocolos e procedimentos da Fundação vem merecendo especial atenção, a começar pela elaboração, aprimoramento e atualização constante, de uma matriz de riscos de toda a instituição;
- Diante da apresentação, pela auditoria externa Mazars, que auditou as contas de 2019 da FPA, de uma bem elaborada “carta de controles internos”, esse monitoramento deverá ser ampliado e aperfeiçoado;
- O plano de trabalho da auditoria interna e do comitê de auditoria para 2021 tem como base a evolução do monitoramento de riscos e controles internos.

Depósitos judiciais:

A falta de informações acerca de depósitos vinculados a processos judiciais feitos em bancos públicos pela Fundação – que, apesar de se tratar de uma falha das instituições bancárias envolvidas, resultou numa ressalva no relatório da auditoria externa acerca do balanço de 2019 – está prestes a ser completamente solucionada pela área administrativo-financeira, de acordo com informações do seu diretor, Paulo Ramos, e, portanto, a ressalva não deverá se repetir no balanço de 2020.

Pendências no TCE:

- De acordo com informações apresentadas ao Comitê pela direção executiva da Fundação, um levantamento de pendências e riscos junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo revelou que apenas dois fatores que retardaram e/ou impediram aprovações de contas anuais da FPA referentes a exercícios passados: remuneração de diretores acima do teto estadual e déficits financeiros anuais significativos – situações superadas nos últimos anos;
- O Comitê saudou a iniciativa da Diretoria Executiva no sentido de realizar o referido levantamento (tendo contratado, inclusive, um profissional experiente para empreender a tarefa) e de passar a manter acompanhamento e contatos mais constantes e sistemáticos com o TCE – medidas importantes para a agilização de procedimentos, superação e mitigação de riscos.

Imóvel do Parque Novo Mundo:

O Comitê não vê impedimento ou dificuldade jurídica maior para a evolução do processo de venda do terreno da Fundação no Parque Novo Mundo – iniciativa já aprovada pelo Conselho cujas próximas etapas, decisões e procedimentos deverão ser monitoradas pelos comitês e informados a todos os conselheiros, até a aprovação final da pretendida venda, que exigirá a chancela deste plenário.

Situação salarial dos funcionários:

Gabriel encerrou seu relato dizendo considerar que o tema dos salários dos funcionários – que não vêm sendo reajustados há um período em razão de decisões e normas aplicadas à administração pública nos últimos anos – deve ser incluído entre os que demandam constante acompanhamento e busca de soluções por parte de todos que participam da governança da instituição.

Palavra final do Presidente

Concordando com propostas dos conselheiros Renato Nalini e Gabriel Jorge Ferreira, Fábio Magalhães disse que o posicionamento e as estratégias da Fundação em relação à sua natureza jurídica e as implicações da decisão do STF a esse respeito são outro tema premente e prioritário para 2021.

O presidente ressaltou também a questão do “patrimônio reservado” como estratégica para a FPA no atual contexto econômico, político, institucional e de transformações aceleradas nas áreas de atuação da Fundação.

Fábio Magalhães parabenizou a diretora de recursos humanos e sua equipe pelos notáveis avanços que vêm sendo realizados no sentido da modernização e aperfeiçoamento dessa área vital da Fundação.

Fábio Magalhães
Presidente do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta

Maria Filomena Gregori
Secretária da Mesa do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta